

## Relatório da Administração

### Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

#### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2022, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 496 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,0% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma queda de 9,4%.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

#### 2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

##### Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os tremores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas, com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva decompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

##### Tarifas de energia elétrica

##### Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:

Em 22 de março de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.017, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em 7,82%, sendo 8,14% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,31% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 8,83% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 5,44% e da Parcela B de 2,69%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução MME nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que vigorou até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit. Em 12 de julho de 2022, a Aneel decretou uma revisão tarifária extraordinária, por meio da Resolução Homologatória nº 3.059, e reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em -2,32%, referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário. Após a revisão extraordinária, o reajuste tarifário corresponde a um efeito médio de 6,51% percebido pelos consumidores.

#### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2021 com 496 mil clientes, com aumento de 9 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

##### Vendas de energia

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.059 GWh, uma queda de 6,0% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2021 foi de 43,4% para a classe residencial, 14,4% para a classe comercial e 10,4% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- Classe Residencial:** aumento de 0,6%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2022, em relação a 2021, parcialmente compensado pela volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19, e pelo aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída).
- Classe Comercial:** crescimento de 3,5%, refletindo a volta da mobilidade após a pandemia de Covid-19 e a reclassificação de alguns consumidores, devido a REN 901/2021. Esse crescimento foi compensado pela migração de alguns clientes para o mercado livre;
- Classe Industrial:** queda de 9,4%, refletindo o aumento da geração distribuída e a migração de clientes para o mercado livre.

**Nota:** as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) da permissionária que se tornou parcialmente livre ao longo de 2022, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissórias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

**Qualidade dos serviços prestados**  
**Atendimento ao cliente:** a CPFL Santa Cruz obteve, em 2022, o Índice de Satisfação da Qualidade Percibida (ISQP) de 70,7, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, resultado 6,0 pontos (ou 7,8%) abaixo do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0 pontos.

**Fornecimento de energia:** a CPFL Santa Cruz desenvolveu iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,74 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,22 vezes, entre os menores do setor.

#### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 2.047 milhões em 2022, representando uma queda de 8,6% (R\$ 193 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 93,8% no ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 154 milhões); (ii) de 5,8% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 86 milhões); (iii) de 61,2% no ativo financeiro da concessão (R\$ 10 milhões); e (iv) de 4,4% no suprimento de energia elétrica (R\$ 3 milhões); parcialmente compensadas pelas seguintes aumentos: (v) de 20,7% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 35 milhões); e (vi) de 7,2% em outras receitas (R\$ 24 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 615 milhões em 2022, representando uma redução de 13,5% (R\$ 96 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.432 milhões em 2022, representando uma queda de 6,3% (R\$ 97 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** em 2022, o EBITDA foi de R\$ 289 milhões, representando um aumento de 19,8% (R\$ 48 milhões), devido à redução de 21,1% no custo com energia elétrica (R\$ 205 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) redução de 6,3% na receita operacional líquida (R\$ 97 milhões); (ii) aumento de 20,7% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 35 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) aumento de 16,6% (R\$ 25 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- o Aumento de 14,3% (R\$ 8 milhões) nas despesas com pessoal;
- o Aumento de 26,9% (R\$ 4 milhões) nas despesas com material;
- o Aumento de 13,9% (R\$ 7 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- o Aumento de 21,6% (R\$ 6 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
<b>Lucro Líquido</b>	<b>103.407</b>	<b>87.389</b>
Amortização	68.613	61.675
Resultado Financeiro	68.184	35.879
Contribuição Social	13.165	15.026
Resultado de Renda	<u>36.037</u>	<u>41.689</u>
<b>EBITDA</b>	<b>289.406</b>	<b>241.658</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22

**Lucro líquido:** a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 103 milhões em 2022, representando um aumento de 18,3% (R\$ 16 milhões), refletindo a alta de 19,8% no EBITDA (R\$ 48 milhões) e a redução de 13,2% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 8 milhões). Estas variações foram parcialmente compensadas pelas seguintes aumentos: (i) de 90,0% nas despesas financeiras líquidas (R\$ 32 milhões); e (ii) de 11,2% na amortização (R\$ 7 milhões).

**Endividamento:** no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 943 milhões, representando um aumento de 2,2%.

#### 5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 215 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

#### 6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Santa Cruz desenvolveu iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaca a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovação em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução a estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Gestão ambiental:** a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização - Segura.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Integridade e diversidade", "Comportamento íntegro durante o período eleitoral", "Assédio moral e sexual", e "Comportamento íntegro e o combate à corrupção", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

**Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Santa Cruz atua, em 2022 destacam-se: (i) **CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 5 cidades, beneficiando cerca de 4.700 jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; (ii) **Círculo CPFL:** retomadas as atividades presencias do Círculo CPFL, que realizou 13 sessões de cinema com o CineSolar, alcançando cerca de 2.200 pessoas; (iii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital - alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas; (iv) **Café Filosófico CPFL (programação digital - alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de espectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no YouTube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas; (v) **Voluntariado:** O programa atendeu 1 ONG ao longo do ano. Em 2022, 75 pessoas foram beneficiadas; e (vi) **Eficiência Energética (0,5% da ROL -** foram investidos mais de R\$ 4,0 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 2,7 milhões em projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 3.600 pontos de iluminação por LED; (b) R\$ 286 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que proporcionaram a substituição de 12.977 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED). Também desenvolveu (c) projeto educacional CPFL nas Escolas, que capacitou 5.804 alunos e 221 professores do ensino fundamental no uso consistente e seguro da energia elétrica. Por fim, (d) investiu R\$ 55 mil no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos.

**Gestão de Recursos Humanos:** em 2022, treinamos 536 colaboradores da base ativa, 93% já passou por algum treinamento. Foram 24.047 mil horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, foram 49 participantes, 40 aprovados, 24 admitidos (2 mulheres e 22 homens) sendo 82% dos participantes aprovados x 60% concluídos.

**Rede de Valor:** em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

#### 7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, a PwC prestou serviços de *assurance of covenants*, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF), Serviços de Tecnologia da Informação - Segurança da Informação e Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano.

A contratação dos auditores independentes é de competência da Assembleia, que analisa sobre a seleção ou desligamento dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditória". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

#### 8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

##### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

## Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>23</b>	<b>1.432.031</b>
<b>Custo do serviço</b>		<b>773</b>	<b>1.529.111</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>24</b>	<b>(764.607)</b>	<b>(969.150)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(145.922)</b>	<b>(129.381)</b>
Amortização		(62.560)	(57.006)
Outros custos com operação	25	(83.362)	(72.376)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>25</b>	<b>(205.206)</b>	<b>(169.978)</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>316.296</b>	<b>260.602</b>
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(37.199)</b>	<b>(30.740)</b>
Amortização		(208)	(198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.635)	(6.231)
Outras despesas com vendas	25	(26.356)	(24.275)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(49.918)</b>	<b>(43.055)</b>
Amortização		(5.845)	(4.471)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(44.073)	(38.584)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>25</b>	<b>(8.386)</b>	<b>(6.860)</b>
Outras despesas operacionais		(8.386)	(6.860)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>220.794</b>	<b>179.983</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>		
Receitas financeiras		62.110	48.471
Despesas financeiras		(130.295)	(84.350)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>(68.184)</b>	<b>(35.879)</b>
Contribuição social	9	(13.165)	(15.026)
Imposto de renda	9	(36.037)	(41.689)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(49.202)</b>	<b>(56.715)</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote		<u>103.407</u>	<u>87.389</u>
de mil ações ordinárias - R\$	22	288,00	243,38
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>103.407</b>	<b>87.389</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(177)</b>	<b>(1.581)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários		(177)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>103.230</b>	<b>85.808</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>152.609</b>	<b>144.104</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	68.613	61.675
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.866	7.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.635	6.231
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	92.647	47.174
Perda (ganho) na baixa de não circulante	<u>8.091</u>	<u>6.532</u>
<b>Resultado líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>340.461</b>	<b>273.005</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40.388	(72.529)
Tributos a compensar	59.961	54.208
Depósitos judiciais	(442)	249
Ativo financeiro setorial	44.297	(131.135)
Contas a receber - CDE	657	(5.060)
Outros ativos operacionais	(2.004)	(3.561)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(45.638)	11.426
Outros tributos e contribuições sociais	(23.634)	7.699
Taxas regulamentares	18	21.198
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(10.728)	(2.459)
Passivo financeiro setorial	25.367	(32.939)
Contas a pagar - CDE	(3.578)	(11.383)
Outros passivos operacionais	<u>10.955</u>	<u>41.132</u>
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>436.080</b>	<b>149.851</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(48.142)	(27.649)
Imparciais de liquidação de ativos e passivos	(71.636)	(57.321)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>316.302</b>	<b>64.881</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, caução e depósitos vinculados - aplicações	(37.147)	(5.741)
Títulos e valores mobiliários, caução e depósitos vinculados - resgates	34.431	(103.438)
Adições de ativo contratual	(215.628)	(166.332)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(218.344)</b>	<b>(68.635)</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguarí de Energia (com nome fantasia "CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigalet, nº 1620, 1º andar, sala 03, na cidade de Jaguaruina, estado de São Paulo, CEP 13820-000. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de cinco anos, de julho de 2015, área de concessão da Companhia contempla 15 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 487 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguaruina, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo. **1.1 Mudanças climáticas:** Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE". Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura de plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro\* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). \*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de custo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

**2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esse princípio aplicado aos títulos de crédito estorados e de crédito estorados. A metodologia de mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados; • Nota 8 - Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens; • Nota 9 - Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota 10 - Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30); • Nota 11 - Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; • Nota 13 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • Nota 15 - Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo; • Nota 18 - Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro; • Nota 19 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota 30 - Instrumentos Financeiros - derivativos: principais premissas para determinação do valor justo. Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação da duração de vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e a sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é feita com objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas essas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reconhecidas nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos; (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível. O custo de exploração da concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos montantes negativos. **3.3 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado em valor líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os instrumentos patrimoniais não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido em negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgir. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de Administração sobre o fluxo de caixa ou a obtenção de receita de resultados de manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado. A Companhia não detém um instrumento determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos),

assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera os seguintes fatores: (i) condições que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). - **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação de ativos financeiros a custo amortizado. Os instrumentos de dívida mensurados são atribuíveis à transação e posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30. - **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

**3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço, em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é razoavelmente contratualmente, este ativo intangível não é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis a concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

**3.5 Redução ao valor recuperável ("impairment") - Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado quanto no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de critérios relevantes e informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia o nível de ativos representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado pela Companhia não é reconhecido nas demonstrações financeiras. A política operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarição e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MW/h baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, portanto, o custo de exploração da concessão é medido pela contraprestação recebida ou a receber. A receita Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetua o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

**3.8 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social incluem a 20% (vinte por cento) de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos relacionados à perda de uma expectativa de reconhecimento de crédito são reconhecidos no momento em que sua realização não seja mais provável. **3.10 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício. **3.11 Subvenção governamental - CDE:** As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares - nota 23.3). As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. A Companhia não reconhece o reconhecimento de despesas decorrentes de um ativo financeiro **setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciais), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita. • **Parcela A (custos não gerenciais):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente, e • **Parcela B (custos gerenciais):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, que possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decore da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.13 Arrendamentos:** Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O

ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuaados de forma antecipada, custos direitos incursos incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas as normas foram emitidas pelo CPC e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):** Alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração." Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):** As alterações ao CPC 26 (R1) para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais", considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciam nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. **c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32):** As alterações ao CPC 32, na qual, estabele o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26):** As alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de reter o valor da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

### 4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas informações específicas daquele ativo ou passivo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo bancário 5.152 9.502  
Aplicações financeiras (\*) 70.069 81.502  
**Total 75.219 91.005**

(\*) Corresponde a títulos de crédito privado de operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") no montante de R\$ 59.342 (R\$ 43.258 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) outras compromissadas em debêntures R\$ 10.726 (R\$ 38.244 em 31 de dezembro de 2021), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características líquida diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,21% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (99,29% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

### 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Circulante	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	31.872	25.017	4.373	61.262	77.811
Industrial	3.859	2.210	4.529	10.598	13.666
Comercial	7.930	3.450	569	11.949	14.702
Rural	5.458	2.686	659	8.803	10.785
Poder público	3.200	1.479	2.419	7.098	5.806
Iluminação pública	4.159	1.351	442	5.951	10.412
Serviço público	2.387	1.800	(2)	4.193	6.482
<b>Faturado</b>	<b>58.865</b>	<b>38.001</b>	<b>12.990</b>	<b>109.855</b>	<b>139.664</b>
Não faturado	72.474	-	-	72.474	72.495
Parcelamento de débito de consumidores	6.990	2.429	2.177	11.595	16.171
Operações realizadas nas CCCE	4.011	-	-	4.011	16.726
Concessionárias e permissionárias	705	-	-	705	2.396
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(396)	-	-	(396)	(18.479)
	<b>142.649</b>	<b>40.430</b>	<b>15.166</b>	<b>198.245</b>	<b>228.953</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(14.389)	(12.984)
<b>Total</b>				<b>183.856</b>	<b>215.969</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	6.703	-	-	6.703	8.025
Energia Livre	8.125	-	-	8.125	7.230
<b>Total</b>	<b>14.828</b>	-	-	<b>14.828</b>	<b>15.255</b>

**Parcelamento de débitos de consumidores:** refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia. **Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica:** criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), em relação ao consumo de energia elétrica em dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Out
--	---	-----

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão. Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados da cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter verificado em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará

## 8. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota 23)		Resultado financeiro (nota 26)		Recebimento			Saldo em 31/12/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Devolução do crédito de PIS e COFINS	Conta de escassez hídrica	Acordo com consumidor	CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>148.894</b>	<b>15.102</b>	<b>163.996</b>	<b>(64.236)</b>	<b>(103.626)</b>	<b>9.275</b>	-	<b>(16.201)</b>	-	-	<b>(85.581)</b>	<b>41.329</b>	<b>(44.252)</b>
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(4.252)	1.066	(3.186)	26.706	(7.245)	124	-	-	-	(33.460)	(21.698)	4.637	(17.062)
Custos energia elétrica	(58.291)	(8.894)	(67.185)	(116.327)	85.585	(9.879)	-	(5.658)	-	-	(86.160)	(27.303)	(113.463)
ESS e EER (***)	80.681	(1.978)	78.703	(64.251)	(47.703)	2.217	-	(10.542)	-	-	(63.007)	21.431	(41.576)
Proinfa	-	260	260	3.425	(3.112)	298	-	-	-	-	-	871	871
Rede básica	6.899	5.640	12.539	37.604	(10.965)	1.297	-	-	-	-	38.809	1.666	40.476
Repasse de Itaipu	130.635	19.647	150.282	40.036	(117.401)	15.667	-	-	-	-	49.555	39.031	88.585
Transporte de Itaipu	355	552	907	1.764	(867)	68	-	-	-	-	1.759	114	1.873
Neutralidade dos encargos setoriais	(7.214)	546	(6.668)	(10.058)	(2.209)	(568)	-	-	-	-	(19.975)	472	(19.503)
Sobrecontratação	80	(1.737)	(1.657)	16.867	289	50	-	-	-	-	15.138	411	15.549
Bandeira Tarifária Faturada	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>32.131</b>	<b>(24.502)</b>	<b>7.628</b>	<b>53.374</b>	<b>124.597</b>	<b>3.573</b>	<b>(135.567)</b>	<b>(49.731)</b>	<b>(3.419)</b>	-	<b>43.579</b>	<b>(43.123)</b>	<b>456</b>
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(4.459)	(4.459)	-	107.716	-	(135.567)	-	-	-	-	(32.310)	(32.310)
Outros	32.131	(20.043)	12.087	53.374	16.881	3.573	-	(49.731)	(3.419)	-	43.579	(10.813)	32.765
<b>Total</b>	<b>181.024</b>	<b>(9.400)</b>	<b>171.624</b>	<b>(10.862)</b>	<b>20.971</b>	<b>12.849</b>	<b>(135.567)</b>	<b>(65.931)</b>	<b>(3.419)</b>	<b>(33.460)</b>	<b>(42.002)</b>	<b>(1.794)</b>	<b>(43.796)</b>
<b>Ativo circulante</b>													
<b>Ativo não circulante</b>													
<b>Passivo circulante</b>			31.169										31.169
<b>Passivo não circulante</b>													4.415

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A".

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético.

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER").

**CVA:** referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.017 relativa ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS decorrentes da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 102.184. Adicionalmente em 13 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.059, relativa à Revisão Tarifária Extraordinária - RTE e incluiu para devolução aos consumidores o montante de R\$ 33.383. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução dos consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no terceiro trimestre de 2022 (nota 7.1). (ii) **Outros:** refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, diferido e homologado, e ao diferimento referente postergação de tarifa no RTP de 2021, entre outros. **Recebimento - Conta de escassez hídrica:** o Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022. A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022 e recebeu o montante de R\$ 65.931 no segundo trimestre de 2022. **Acordo com consumidor:** garantia para compensação de efeitos aos consumidores da Companhia, em decorrência de adiamento de contrato de suprimento de energia solicitado por permissionária. **Recebimento - CDE Eletrobrás:** conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho, cujo valor de R\$ 33.460 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959. **Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico - MCSE:** a ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBTT") para ativo ou passivo financeiro setorial, antes registrada em taxas regulamentares (nota 17), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

## 9. DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

## 9.1 Composição dos débitos fiscais diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(1.332)	(7.097)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.332)</b>	<b>(7.097)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(3.654)	(19.667)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.654)</b>	<b>(19.667)</b>
<b>Total</b>	<b>(4.986)</b>	<b>(26.764)</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

## 9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	2.782	7.728	2.555	7.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.360	3.779	1.232	3.421
Programas de P&D e eficiência energética	751	2.087	786	2.182
Provisão relacionada a pessoal	230	639	234	651
Marcação a Mercado - Derivativos	2.611	7.252	975	2.708
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.777)	(7.715)	(1.246)	(3.460)
Derivativos	(1.221)	(3.392)	(7.304)	(20.290)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(2.554)	(7.094)	(3.283)	(9.120)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(3.397)	(9.435)	(2.820)	(7.833)
Instrumentos financeiros	804	2.235	804	2.235
Outros	78	262	995	2.808
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	(17)	(49)
Marcação a Mercado - Dívidas	-	-	(7)	(18)
<b>Total</b>	<b>(1.332)</b>	<b>(3.654)</b>	<b>(7.097)</b>	<b>(19.667)</b>

**9.3 Expectativa do período de recuperação:** A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

## Expectativa de recuperação

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	2031 a 2033	Total
2023	-	-	-	-	10.389	-	-	10.389
2024	-	-	-	-	6.141	-	-	6.141
2025	-	-	-	-	6.141	-	-	6.141
2026	-	-	-	-	1.908	-	-	1.908
2027	-	-	-	-	4.866	-	-	4.866
2028 a 2030	-	-	-	-	2.102	-	-	2.102
2031 a 2033	-	-	-	-	1.051	-	-	1.051
<b>Total</b>					<b>32.599</b>			<b>32.599</b>

## 9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>152.609</b>	<b>152.609</b>	<b>144.104</b>	<b>144.104</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(910)	(910)	(1.701)	(1.701)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	10.779	10.779	10.304	10.304
Despesa Juros sobre o capital próprio	(20.000)	(20.000)	(22.903)	(22.903)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.358	426	36.911	33.590
<b>Base de cálculo</b>	<b>145.836</b>	<b>142.903</b>	<b>166.715</b>	<b>163.393</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(13.125)</b>	<b>(35.726)</b>	<b>(15.004)</b>	<b>(40.848)</b>
Provisão para riscos fiscais	(40)	(311)	(21)	(841)
<b>Total</b>	<b>(13.165)</b>	<b>(36.037)</b>	<b>(15.026)</b>	<b>(41.689)</b>
Corrente	(18.906)	(51.983)	(16.049)	(44.532)
Diferido	5.741	15.946	1.023	2.843

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 21.687 (R\$ 3.866 em 2021) e refere-se a diferenças temporárias.

**9.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros</b>	<b>268</b>	<b>268</b>	<b>2.396</b>	<b>2.396</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(24)</b>	<b>(67)</b>	<b>(216)</b>	<b>(599)</b>

## 10. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2022	
	Transferência - ativo contratual	Transferência - intangível em serviço	Ajuste ao valor justo	Baixas	Transferência - ativo contratual	Transferência - intangível em serviço
Transferência - ativo contratual	70.902	18.018	-	-	72.928	168.235
Transferência - intangível em serviço	(15)	16.502	-	-	(119.830)	(18.018)
Ajuste ao valor justo	-	(6)	-	-	103.315	217.681
Baixas	-	105.401	-	-	(151.442)	(30.058)
<b>Total</b>	<b>70.887</b>	<b>34.505</b>	<b>105.401</b>	<b>140.488</b>	<b>139.496</b>	<b>139.496</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (de reposição - "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício. Em 2022, as baixas de R\$ 523 (R\$ 6 em 2021) referem-se tanto à baixa do ativo de R\$ 346 (R\$ 4 em 2021) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 177 (R\$ 2 em 2021).

## 11. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.153	1.051	-	13
Adiantamentos - fornecedores	410	410	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	5.277	2.303	-	-
Ordens em curso	16.768	16.230	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.537	2.272	-	-
Despesas antecipadas	3.597	4.244	35	71
Contas a receber - CDE	13.703	14.360	-	-
Adiantamentos a funcionários	968	1.270	-	-
Arrendamentos e alugueis	5.079	4.978	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 6)	23	18.479	-	-
Outros	2.340	3.394	918	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(726)	(700)	-	-
<b>Total</b>	<b>50.128</b>	<b>68.291</b>	<b>953</b>	<b>83</b>

**Ordens em curso:** compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20). **Despesas antecipadas:** refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU e PROINFA. **Contas a receber - CDE:** refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.496 (R\$ 2.096 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 10.723 (R\$ 12.264 em 31 de dezembro de 2021) - (nota 23.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 484. **Outros:** refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

## 12. ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2022	
	Adições	Transferência - Intangível em serviço	Transferência - Ativo financeiro	Adições	Transferência - Intangível em serviço	Transferência - Ativo financeiro
Adições	72.928	168.235	-	-	-	-
Transferência - Intangível em serviço	-	(119.830)	-	-	-	-
Transferência - Ativo financeiro	-	(18.018)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>72.928</b>	<b>130.387</b>	<b>103.315</b>	<b>139.496</b>	<b>139.496</b>	<b>139.496</b>

acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual as distribuidoras do Grupo CPFL são associadas, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pendente de julgamento. Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

## 13. INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Outros ativos	
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Intangíveis	Total	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>902.657</b>	<b>168</b>	<b>902.825</b>	
Custo histórico	1.			

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>				
Pós-fixado				
CDI	191.613	24.434	(23.553)	192.494
Gastos com captação	(143)	59	–	(84)
<b>Total ao custo</b>	<b>191.470</b>	<b>24.494</b>	<b>(23.553)</b>	<b>192.409</b>
<b>Total</b>	<b>191.470</b>	<b>24.494</b>	<b>(23.553)</b>	<b>192.409</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.613</b>			<b>97.434</b>
<b>Não circulante</b>	<b>189.857</b>			<b>94.975</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>				<b>31/12/2021</b>
<b>Modalidade</b>				
<b>Mensuradas ao custo</b>				
Pós-fixado				
CDI	190.334	8.837	(7.558)	191.613
Gastos com captação	(203)	59	–	(143)
<b>Total ao custo</b>	<b>190.131</b>	<b>8.896</b>	<b>(7.558)</b>	<b>191.470</b>
<b>Total</b>	<b>190.131</b>	<b>8.896</b>	<b>(7.558)</b>	<b>191.470</b>
<b>Circulante</b>	<b>334</b>			<b>1.613</b>
<b>Não circulante</b>	<b>189.797</b>			<b>189.857</b>

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
Pós-fixado					
CDI	107% do CDI (*)	192.494	191.613	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(84)	(143)		
<b>Total mensuradas ao custo</b>		<b>192.409</b>	<b>191.470</b>		
<b>Total</b>		<b>192.409</b>	<b>191.470</b>		

Taxa efetiva a.a.:

(\*) 107,84% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e as debêntures classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos programados para 2024. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## 17. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	174	156
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.011	2.011
Bandeiras tarifárias e outros	3	23.044
<b>Total</b>	<b>2.189</b>	<b>25.211</b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	775	1.303
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	185	1.091
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>959</b>	<b>2.394</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.606	33.563
Programa de integração social - PIS	1.157	774
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.378	3.660
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	3.000	1.008
Outros	2.368	1.832
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>20.509</b>	<b>40.837</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>21.468</b>	<b>43.231</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.091	5.466
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	368	733
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>6.459</b>	<b>6.199</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>6.459</b>	<b>6.199</b>

**Imposto de renda e contribuição social a recolher:** no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

## 19. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Trabalhistas</b>		
Cíveis	13.519	4.066
Fiscais	800	237
Outros	15.734	20.055
<b>Total</b>	<b>30.608</b>	<b>24.358</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	14.719	1.616	(198)	(3.829)	1.211	13.519
Cíveis	612	3.541	(226)	(3.242)	115	800
Fiscais	14.388	3.169	(180)	(3.657)	2.013	15.734
Outros	494	–	–	–	61	556
<b>Total</b>	<b>30.213</b>	<b>8.327</b>	<b>(604)</b>	<b>(10.728)</b>	<b>3.401</b>	<b>30.608</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a) **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações); b) **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. c) **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo CPMF, PIS e COFINS. d) **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	7.151	10.377	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	19.399	18.431	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	94.198	149.137	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	50.271	50.082	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	526	464	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>171.544</b>	<b>228.492</b>	

## 20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021	Circulante	Não circulante
Consumidores e concessionárias	13.172	7.265		
Programa de eficiência energética - PEE	12.088	11.437		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.725	10.655		
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	2.285	3.175		
Fundo de reversão	185	180		
Adiantamentos	11.554	10.920		
Descontos tarifários - CDE	–	3.578		
Folha de pagamento	740	566		
Participação nos lucros	3.204	2.888		
Convênios de arrecadação	3.956	3.854		
Outros	2.838	1.723		
<b>Total</b>	<b>58.748</b>	<b>56.241</b>	<b>8.023</b>	<b>4.682</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. **Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. **Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. **Fundo de reversão:** refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026. **Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes. **Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. **Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros. **Outros:** refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
<b>Acionistas</b>				
CPFL Energia S.A.	Ordinárias	Total	%	
<b>Total</b>	<b>359.058.396</b>	<b>359.058.396</b>	<b>100,00</b>	

**21.1 Gestão do capital:** A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,01 vezes o EBITDA em 2022 (3,45 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. **21.2 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio ("JCP"):** Na AGO de 28 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 22.903 declarado em agosto e dezembro de 2021. e (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 64.494. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022: • Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.000 (R\$ 17.000 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2022; • Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 8.852, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária em abril de 2023. No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 70.208 referente a dividendos e juros sobre capital próprio. **21.3 Reserva de lucros:** O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 271.329, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 34.083; ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 233.016; e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 4.230. **21.4 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>103.407</b>	
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	(6)	
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>103.401</b>	
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(70.320)	
Reserva de lucros a realizar	(4.230)	
Juros sobre capital próprio	(20.000)	
Dividendo mínimo obrigatório	(8.852)	
Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 70.320 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 4.230, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.		
<b>22. LUCRO POR AÇÃO</b>		
<b>Lucro por ação - básico:</b> O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Numerador</b>	103.407	87.389
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	359.058.396	359.058.396
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>288,00</b>	<b>243,38</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem diluidor no lucro por ação.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	441.765	431.718	894	889	663.596	710.520
Industrial	2.957	3.062	215	237	156.408	171.637
Comercial	26.988	23.044	296	286	231.683	226.133
Rural	20.109	24.079	279	311	168.698	179.217
Poderes públicos	4.224	4.145	65	55	49.097	41.761
Iluminação pública	550	533	123	125	54.647	61.442
Serviço público	734	726	110	113	73.996	74.745
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>496.437</b>	<b>487.307</b>	<b>1.982</b>	<b>2.015</b>	<b>1.398.125</b>	<b>1.465.456</b>
Consumo próprio	110	110	2	2	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	(1.692)	16.483
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(687.822)	(704.086)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>496.547</b>	<b>487.417</b>	<b>1.984</b>	<b>2.017</b>	<b>708.611</b>	<b>777.853</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	–	–	75	173	41.314	61.657
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(21.285)	(19.286)
Energia elétrica de curto prazo	–	–	222	62	27.050	9.819
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>496.547</b>	<b>487.417</b>	<b>1.984</b>	<b>2.017</b>	<b>47.079</b>	<b>52.190</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	–	–	–	–	709.107	723.372
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	–	–	–	–	231.435	216.210
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	–	–	–	–	(2.646)	(2.602)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	–	–	–	–	204.888	169.779
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	–	–	–	–	10.109	164.073
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	–	–	–	–	6.409	16.500
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários	–	–	–	–	99.318	94.199
Outras receitas e rendas	–	–	–	–	33.087	29.252
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>1.291.707</b>	<b>1.410.783</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>2.047.397</b>	<b>2.240.826</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	–	–	–	–	(201.991)	(293.078)
PIS	–	–	–	–	(26.852)	(34.729)
COFINS	–	–	–	–	(122.035)	(159.956)
ISS	–	–	–	–	(309)	(4)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	–	–	–	–	(259.957)	(176.667)
Programa de P & D e eficiência energética	–	–	–	–	(12.140)	(13.373)
PROINFA	–	–	–	–	(12.538)	(8.237)
Bandeiras tarifárias e						

## Companhia Jaguarí de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. SEGUROS	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador/ swap	Moeda/ indexador/ swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo						
Ativo financeiro da concessão/Intangível	153.000	44.252	(15.409)	13.569	US\$ + de	CDI + 0,8% a	fev/23 a	
Transporte	153.000	44.252	(15.409)	13.569	1,85% a 2,74%	CDI + 1,29%	set/26	339.000
Responsabilidade civil	50.000	50.000						
Pessoas	56.666	56.666						
Garantia	78.795	78.795						
Outros	150.000	150.000						
<b>Total</b>	<b>512.712</b>	<b>512.712</b>						

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

## 29. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regula o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos; • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos ambientais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração: • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequilíbrio das exposições aos limites de risco aprovados; • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por: • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequilíbrio das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de Liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível (*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	75.219	75.219
Derivativos	10	(a)	Nível 2	14.317	14.317
Ativo financeiro da concessão	30	(a)	Nível 3	140.488	140.488
<b>Total</b>				<b>230.024</b>	<b>230.024</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	400.040	400.040
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	335.562	335.562
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	192.409	192.462
Derivativos	30	(a)	Nível 2	29.726	29.726
<b>Total</b>				<b>957.736</b>	<b>957.790</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 16.664 em 2022 (R\$ 11.611 em 2021)

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

## Legenda

## Categoria/Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destes demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrendação, (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento; • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrendação; (vi) descontos tarifários - CDE; (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação do valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B-global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada a *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **g) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

Nota Explicativa	Duração	3 meses					Total
		de 1 mês	1-3 meses	a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
31/12/2022	14	123.982	1.386	—	—	—	125.368
Fornecedores	15	2.362	75.848	55.087	323.343	222.926	372.029
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	30	—	—	—	6.850	22.876	29.726
Derivativos	16	—	—	114.272	100.952	—	215.224
Debêntures - principal e encargos	17	2.189	—	—	—	—	2.189
Taxas regulamentares	16	1.188	16.260	2.150	369	369	1.918
Outros	20	1.173	11.999	—	—	—	22.253
Consumidores e concessionárias	—	—	274	2.011	—	—	13.172
EPE/FNDCT/PROCEL	—	—	—	—	—	—	2.285
Convênio de arrendação	—	—	3.956	—	—	—	3.956
Fundo de reversão	15	31	139	369	369	1.918	2.841
<b>Total</b>		<b>129.721</b>	<b>93.493</b>	<b>171.508</b>	<b>431.514</b>	<b>246.172</b>	<b>373.947</b>

**31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**  
A Companhia possuiu no exercício de 2022, um valor de R\$ 1.779 (R\$ 1.669 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

## 32. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 22 anos	371.836	631.387	620.052	3.287.915	4.911.191
Compra de energia de Itaipu	Até 22 anos	101.737	203.617	204.205	1.820.259	2.329.818
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 22 anos	279.876	615.550	653.750	5.912.160	7.461.336
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	76.949	25.578	—	—	102.527
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	46.462	15.518	2.117	—	64.098
<b>Total</b>		<b>876.860</b>	<b>1.491.651</b>	<b>1.480.125</b>	<b>11.020.334</b>	<b>14.868.969</b>

## 33. EVENTO SUBSEQUENTE

**33.1 Empréstimos e financiamentos:**  
Em 24 de fevereiro de 2023, houve a liberação referenciada financiamento Lei 4.311, no montante de R\$ 80.000, com taxa de juros CDI + 1,33%, pagamento de juros semestrais e amortização em fevereiro de 2026, para reforço de capital de giro.

**33.2 Decisão do STF sobre causas tributárias:** Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma contumeliosa perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuem decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

## Diretoria

	<b>CARLOS ZAMBONI NETO</b> Diretor Presidente		
<b>YUEHUI PAN</b> Diretor Financeiro	<b>JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES</b> Diretor de Assuntos Regulatórios	<b>RAFAEL LAZZARETTI</b> Diretor Comercial	<b>OSVANI OLIVEIRA PEREIRA</b> Diretor de Operações
			<b>FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO</b> Diretor Administrativo

## Diretoria de Contabilidade

	<b>SÉRGIO LUIS FELICE</b> Diretor de Contabilidade - CT CRC 1SP192.767/O-6		<b>ANA PAULA PERESSIM DE PAULO</b> Gerente de Contabilidade das Distribuidoras - CT CRC 1SP217.200/O-6
--	---	--	---

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Companhia Jaguarí de Energia. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguarí de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Jaguarí de Energia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. As demonstrações da Companhia são preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de março de 2023



**Adriano Formosinho Correia**  
Contador - CRC 1BA029904/O-5

**Adriano Formosinho Correia**  
Contador - CRC 1BA029904/O-5